



#### **CONTRATO 008/SMG/2015**

**PFOCESSO** 

2015-0.056.038-0

CONTRATANTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO | SECRETARIA MUNICIPAL DE

**GESTÃO** 

CONTRATADA

SP-GRAF INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA

**OBJETO** 

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para

confecção de cartões de visita

VALOR

R\$ 780,00 (Setecentos e oitenta reais)

NOTA DE EMPENHO 52408/2015

DOTAÇÃO

13.10.04.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, por intermédio da Coordenadoria de Administração e Finanças da Secretaria Municipal de Gestão - SMG, situado nesta Capital na Rua Líbero Badaró, 425, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 49.269.251/0001-65, neste ato representada por seu Coordenador, Sr. RUI BARBOSA DE ALENCAR, nos termos da competência delegada pela Portaria 031/2014-SEMPLA de 28/02/2014, doravante designada simplesmente CÓNTRATANTE, e do outro lado a empresa SP-GRAF INDÚSTRIA GRÁFICA E EDITORA LTDA. inscrita no CNPJ nº 09.165.602/0001-73, com sede na Rua Newton Braga, 544, Vila Maria Baixa, São Paulo, neste ato representada por seu procurador Sr. CARLOS AUGUSTO BAPTISTA JUNIOR, portador da Cédula de Identidade RG 23.385.195-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 164.729.598-03, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com fundamento no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e, de acordo com os termos do despacho de fls. 75 do processo em epígrafe, publicado no D.O.C. de 11/06/2015, formalizam o presente instrumento contratual conforme segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para confecção de cartões de visita para uso de servidores da Secretaria Municipal de Gestão, conforme as normas para a aplicação da marca da Prefeitura do Município de São Paulo, com brasão colorido 4x0 ou 4x4, formato 95x55 mm, em papel couchê 300 gramas . com laminação fosca frente e verso (nos moldes do constante no anexo denominado Aplicação).





# CLÁUSULA SEGUNDA - QUANTIDADE, CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 Quantidade ANUAL estimada de 20 (vinte) centos, em entregas parceladas, mediante recebimento de Ordem de Fornecimento a ser encaminhada por COAFI-5, por e-mail ou fac símile.
- 2.2 O prazo para entrega dos cartões será de 03 (três) dias úteis, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 2.3 A entrega deverá ser realizada nas dependências da Divisão de Serviços de Suporte COAFI-5, na Rua Libero Badaró, 425 1º andar Centro São Paulo.
- 2.4 Caso a qualidade do material entregue não corresponda às especificações exigidas netes termo de referências o mesmo será devolvido e deverá ser substituído pela Contratada no prazo máximo de 01 (hum) dia útil, sob pena de aplicação de penalidade.

### CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. A Contratada será responsável por todas as despesas e encargos de qualquer natureza decorrentes deste ajuste, inclusive pelas obrigações de natureza trabalhista, civil, criminal, comercial, previdenciária, fiscal, de acidente de trabalho e pelos gastos com transporte, resultantes da prestação dos serviços;
- **3.2.** A Contratada assumirá todos os tributos que, direta ou indiretamente indicam ou venham incidir sobre a entrega parcelada do objeto, bem como as contribuições para eventuais autuações.

## CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATANTE

**4.1.** Exercer a fiscalização dos serviços contratados, com o objetivo de assegurar que a execução dos serviços ocorra em conformidade com as cláusulas contratuais.

# CI.ÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que, presentes as condições estabelecidas no art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/93.

#### CI.ÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 A execução dos serviços, objeto do presente contrato, será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Serviços de Suporte / COAFI-5, por servidor a ser designado oportunamente.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES

7.1. Este contrato somente poderá sofrer alterações ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do Art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações

RA

2



posteriores, por meio de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial.

#### CI.ÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 8.1 Na hipótese de descumprimento pela contratada das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência de preceitos legais e pertinentes, a contratante poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar, segunda a gravidade da falta cometida, as seguintes sanções:
  - **8.1.1**. Advertência;
  - **8.1.2.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) por inexecução parcial do ajuste, calculada sobre o valor inexecutada;
  - 8.1.3. Multa equivalente a 20% (vinte por cento) por inexecução total do ajuste, calculada sobre o valor total da proposta;
  - **8.1.4.** Suspensão temporária do direito de licitar, por até 2 (dois) anos;
  - 8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

### CLÁUSULA NONA - DA RECISÃO CONTRATUAL

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato, poderá ensejar ainda, sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei , observados os arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- O valor total da presente contratação é de R\$ 780,00 (Setecentos e Oitenta reais). 10.1
- 10.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 10.3 Para fazer frente às despesas do contrato, foi emitido a nota de empenho 52408, no valor de R\$ 780,00 (Setecentos e Oitenta reais), onerando a dotação orçamentária 13.10.04.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00 do orcamento vigente, respeitando o princípio da anualidade orçamentária.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.



- 11.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 11.1.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 11.1.3. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0.5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 11.1.4. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.
- Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, 11.2. mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
  - 11.2.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicilio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM - Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, nos termos dos artigos 9°-A E 9°-B da Lei Municipal n° 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09.
  - 11.2.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Servicos de Qualquer Natureza -ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 101/05, com as alterações da Portaria SF nº 118/05.
- 11.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
- 11.4. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
  - 11.4.1. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
  - 11.4.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
  - 11.4.3. Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de terceiros - CND - ou outra equivalente na forma da lei;

RV



a de São Poulou

- 11.4.4. Certidão Negativa de débitos de Tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- 11.4.5. Cadastro Informativo Municipal CADIN;
- OBS.: Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- 11.5. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.
- **11.6.** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela contratante segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro DA Comarca da Capital de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, ≪5 de junho de 2015

RUI BARBOSA DE ALENCAR

Coordenadoria de Administração e Finanças

SMG/COAFI-G

Coordenador

CONTRATANTE

CARLOS AUGUSTO BARTISTA JUNIOR

Procurador

SP-Graf Indústria Gráfica e Editora Ltda Contratada

**TESTEMUNHAS** 

Cláudio Barbaza de Aravio

Paulo Cesar M. Silva